



## DECISÃO DA DIRETORIA NACIONAL DA ABMCJ

### Processo Eleitoral ABMCJ-AL 2025

**Recorrente:** Chapa 1 "Sororidade Jurídica"

**Recorrida:** Chapa 2 "Renova ABMCJ-AL"

A Diretoria Nacional da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ), no exercício de sua competência recursal, conforme o **art. 46, §3º, e o art. 69 do Regimento Interno**, passa a decidir sobre o recurso interposto pela chapa "**Sororidade Jurídica**" contra a decisão da Comissão Eleitoral Nacional que a excluiu do pleito.

### I. SÍNTESE DOS FATOS E DO RECURSO

A Comissão Eleitoral Nacional, em decisão de 13 de novembro de 2025, desclassificou a chapa Recorrente, "Sororidade Jurídica", sob a acusação de **captação ilícita de votos**. A decisão baseou-se em extratos que supostamente comprovariam o pagamento de anuidades de associadas por uma das candidatas da chapa, antes do prazo final para regularização que habilitaria ao voto.

Inconformada, a chapa "Sororidade Jurídica" recorre a esta Diretoria Nacional, arguindo, em suma:

#### 1. Nulidades Processuais Graves:

- **Incompetência da Instância:** A impugnação original foi apresentada diretamente à Comissão Eleitoral Nacional, quando, segundo o Regimento, deveria ter sido processada pela Comissão Eleitoral Estadual de Alagoas.
- **Intempestividade da Impugnação:** A chapa adversária teria protocolado a impugnação fora do prazo estabelecido no edital eleitoral.



## 2. No Mérito, a Inexistência de Irregularidade:

- **Ausência de Dolo e de Benefício Eleitoral:** Sustenta que os pagamentos foram atos de liberalidade, sem qualquer intenção de compra de votos, e que as beneficiadas declararam ter restituído os valores.
- **Interpretação Extensiva e Prejudicial:** Alega que a Comissão Eleitoral aplicou uma sanção desproporcional, baseada em uma interpretação extensiva do que configuraria captação ilícita de votos, sem provas robustas do ilícito.

Requer, assim, a anulação da decisão recorrida e a reintegração da chapa ao processo eleitoral.

## II. ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

Esta Diretoria passa a analisar as questões processuais e de mérito, com base nas provas e nas normas que regem a Associação.

### 1. Das Preliminares de Nulidade

A Recorrente aponta vícios que, se confirmados, macularia de nulidade a decisão da Comissão Eleitoral.

- **Da Competência:** O **art. 46 do Regimento Interno** estabelece que cada Diretoria Estadual constituirá sua própria Comissão Eleitoral, a qual, por simetria, é o órgão competente para processar e julgar, em primeira instância, as impugnações relativas ao seu respectivo pleito. A apresentação da impugnação diretamente à instância nacional representa uma supressão de instância, violando o devido processo legal e o direito ao duplo grau de jurisdição interna. A Comissão Nacional deveria ter se declarado incompetente e remetido o caso à Comissão Eleitoral de Alagoas.
- **Da Intempestividade:** O prazo para impugnação, fixado em edital, é peremptório. O protocolo de uma impugnação após o esgotamento do prazo legal acarreta a decadência do direito, não podendo a matéria ser conhecida. Os documentos indicam que a impugnação foi de fato protocolizada após o prazo legal, qual seja, 30 de novembro, quando o prazo se encerrou no dia 28 de novembro.



Acolher qualquer uma dessas preliminares já seria suficiente para anular a decisão. A inobservância de regras tão basilares de competência e prazo pela Comissão Eleitoral Nacional é um vício grave que não pode ser ignorado.

## **2. Do Mérito: A Acusação de Captação Ilícita de Votos**

Ainda que superadas as nulidades processuais, o que se admite apenas para argumentar, a análise do mérito também favorece a Recorrente.

A captação ilícita de sufrágio, prevista no **art. 75 do Regimento Interno** (que remete à legislação eleitoral) e no **art. 41-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97)**, exige, para sua configuração, a **prova robusta e incontestável** de que o ato de doar, oferecer ou prometer vantagem pessoal teve o **fim específico de obter o voto** do eleitor.

No caso em tela, as provas apresentadas são frágeis para sustentar uma sanção tão drástica como a exclusão da chapa:

- **Comprovantes de Pagamento:** Os comprovantes de PIX, por si sós, demonstram apenas a transferência de valores. Não provam a troca do pagamento pelo voto.
- **Declarações das Associadas:** As declarações juntadas pela Recorrente, firmadas pelas associadas supostamente beneficiadas, afirmam que os valores foram restituídos e que o pagamento se deu por mera liberalidade, sem qualquer condicionamento ao voto. Embora declarações unilaterais devam ser vistas com cautela, elas introduzem uma dúvida razoável sobre a ocorrência do ilícito.

A exclusão de uma chapa do processo eleitoral é a penalidade máxima e exige um conjunto probatório sólido, o que não se verifica nos autos. A decisão da Comissão Eleitoral baseou-se em presunções, aplicando uma penalidade desproporcional diante da ausência de provas concretas do dolo e da finalidade eleitoral da conduta.

## **III. DECISÃO**

Pelo exposto, a Diretoria Nacional da ABMCJ, em decisão unânime, **DECIDE:**

- 1. CONHECER** do recurso interposto pela chapa "Sororidade Jurídica", para **REJEITAR**, as **PRELIMINARES** arguidas de:

- 1.2. Incompetência da Comissão Eleitoral Nacional, pelos argumentos apresentados na resposta à solicitação feita pela Comissão Eleitoral de Alagoas, cujo inteiro teor fica fazendo**



parte integrante da presente decisão, para que todos dela tomem conhecimento.

“À Sra.

Marie Miranda

**Presidente da Comissão Eleitoral Estadual da ABMCJ/AL**

**REF.: RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 01/2025 – CEE/ABMCJ-AL - COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES ELEITORAIS – ABMCJ NACIONAL E COMISSÕES ESTADUAIS**

Prezada Senhora Presidente,

Em resposta ao ofício apresentado, cumpre esclarecer, à luz do Estatuto e do Regimento Interno da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica – ABMCJ, bem como das normas de regência do direito associativo, que **a competência das Comissões Eleitorais Nacional e Estaduais é concorrente e cooperativa**, decorrente da natureza jurídica una da entidade e da necessidade de preservação da regularidade registral e da continuidade institucional.

## **1. NATUREZA JURÍDICA E UNIDADE INSTITUCIONAL DA ABMCJ**

Nos termos do art. 44, inciso I, do Código Civil, a ABMCJ constitui-se como associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica única, registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Belo Horizonte/MG.

De acordo com os arts. 19, 35 e 36 do Estatuto Nacional da ABMCJ, as Comissões Estaduais integram a mesma estrutura jurídica e organizacional da entidade nacional, exercendo autonomia administrativa e financeira, sem que isso configure autonomia de personalidade jurídica própria.

Essa estrutura traduz um modelo de organização federativa interna, de caráter orgânico e unitário, no qual as comissões estaduais representam extensões da entidade



nacional, sujeitas às normas comuns que regem a Associação.

À luz do art. 5º, incisos XVII e XVIII, da Constituição Federal, as associações são livres para se organizar, mas vinculam-se ao cumprimento de seus estatutos e à preservação de sua unidade institucional. Assim, eventuais interpretações que isolem competências locais em detrimento da coerência normativa nacional violam o princípio da integridade institucional e da legalidade associativa.

## **2. COMPETÊNCIA CONCORRENTE DAS COMISSÕES ELEITORAIS**

O **Estatuto Nacional** (arts. 44, 45, §§1º a 3º, e 46) e o **Regimento Interno** (arts. 46 e ss.) preveem que as Comissões Eleitorais Nacional e Estaduais exercem competência concorrente e coordenada, atuando em regime de cooperação.

À Comissão Eleitoral Nacional cabe a supervisão, padronização e controle de regularidade dos processos eleitorais, inclusive a fixação de prazos, análise de impugnações e homologação final dos resultados, de modo a assegurar a coerência e a validade dos pleitos em todas as comissões estaduais.

Às Comissões Estaduais compete a execução local dos atos eleitorais, compreendendo o recebimento das chapas, a divulgação dos editais e o acompanhamento da votação, sempre em consonância com as diretrizes e modelos fixados pela Comissão Nacional.

A realização simultânea das eleições nacional e estaduais exige, portanto, coordenação unificada para prevenir divergências de procedimento e garantir a uniformidade documental necessária ao registro institucional.

### **2.1. ESTRUTURA DE COOPERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

Assim, a leitura sistemática do Estatuto Nacional da ABMCJ e do Regimento Interno demonstra que a competência eleitoral é exercida de forma cooperativa e funcionalmente distribuída.



A Comissão Eleitoral Nacional é o órgão responsável por conduzir, coordenar e decidir o processo eleitoral em âmbito nacional, inclusive quanto às impugnações e homologações.

Às Comissões Estaduais cabe atuar como instâncias de apoio técnico e instrutório, promovendo a interlocução entre associadas e Diretoria Nacional, prestando informações locais e instruindo impugnações, quando couber, de modo a subsidiar a deliberação final da Comissão Nacional.

Esse modelo traduz um sistema de competência concorrente e cooperativa, compatível com o art. 67 do Código de Processo Civil, que consagra o princípio da cooperação institucional entre órgãos de mesma natureza, aplicável por analogia às entidades associativas.

Trata-se, pois, de estrutura de governança funcionalmente integrada, em que a Comissão Nacional assegura a coerência e a unidade institucional, enquanto as Comissões Estaduais exercem papel instrutório e colaborativo, garantindo, de modo harmônico, a legitimidade e a regularidade de todo o processo eleitoral.

### **3. REGISTRO CENTRAL E CONTINUIDADE INSTITUCIONAL**

Nos termos do art. 114 da Lei nº 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos), os atos associativos devem ser arquivados no cartório onde a entidade tem sede e personalidade jurídica reconhecida. Assim, os atos das Comissões Estaduais — inclusive os eleitorais — devem ser remetidos pela Comissão Nacional para o Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte, assegurando o arquivamento central e a continuidade institucional da ABMCJ.

Essa medida não tem caráter de subordinação, mas decorre de exigência legal e estatutária, visando garantir:

- a continuidade da memória documental e administrativa da entidade;
- a validade pública e registral dos atos locais;
- a observância das obrigações fiscais e estatutárias perante os órgãos públicos.



Nos termos do art. 54, incisos I e II, do Código Civil, somente o estatuto e suas alterações arquivadas na sede produzem efeitos jurídicos perante terceiros. Portanto, a ausência de integração dos atos estaduais ao registro nacional inviabilizaria a oponibilidade externa e a regularidade institucional da ABMCJ.

#### **4. CONFORMIDADE PROCEDIMENTAL E INEXISTÊNCIA DE VÍCIO DE COMPETÊNCIA**

A condução centralizada do processo eleitoral pela Comissão Nacional não configura ingerência indevida, mas exercício regular da competência funcional integradora que lhe é atribuída pelo Estatuto e pelo Regimento Interno. Tal atuação visa preservar a unidade procedimental, a segurança jurídica e a validade registral dos atos eleitorais em todo o território nacional.

Como dito, o modelo adotado pela ABMCJ está em conformidade com o princípio da cooperação institucional, consagrado no art. 67 do Código de Processo Civil, norma de natureza principiológica aplicável, por analogia, à atuação cooperativa de órgãos colegiados no âmbito associativo.

A utilização analógica desse princípio é amparada pelo art. 15 do CPC/2015, que autoriza sua aplicação supletiva e subsidiária a outros procedimentos de natureza não jurisdicional, sempre que compatíveis com os valores da eficiência e da segurança jurídica. Sob tal perspectiva, a coexistência e a atuação coordenada das Comissões Eleitorais Nacional e Estaduais da ABMCJ não representam sobreposição de competências, mas concretização do dever de cooperação funcional. A Comissão Nacional exerce papel de coordenação, deliberação e homologação, enquanto as Comissões Estaduais atuam em caráter instrutório e de apoio técnico, prestando informações e subsídios necessários ao julgamento das impugnações e à regularidade dos resultados.

Dessa forma, a atuação da Comissão Nacional revela-se legítima e necessária, constituindo elemento essencial de coerência organizacional e de integridade da representação institucional da ABMCJ.



## 5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que:

- a ABMCJ constitui uma única pessoa jurídica nacional, registrada em Belo Horizonte;
- as Comissões Eleitorais Nacional e Estaduais exercem competência concorrente e cooperativa;
- a Comissão Eleitoral Nacional conduz o processo eleitoral, decide impugnações e homologa os resultados, assegurando a uniformidade e a validade nacional dos atos;
- as Comissões Estaduais atuam como instâncias de apoio técnico e instrutório, subsidiando a Nacional com as informações locais necessárias;
- a inclusão das eleições estaduais nos editais e atas nacionais é requisito de validade registral e de preservação da memória e regularidade institucional da ABMCJ.

Assim, não se verifica qualquer irregularidade no procedimento adotado, mas sim adequação às exigências estatutárias, legais e constitucionais que regem a atuação da Associação.

Diante do exposto, com protestos de estima e consideração, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Anna Raquel Gomes e Pereira**

**Presidente da Comissão Eleitoral da ABMCJ**

[eleicaoabmcj2025@gmail.com](mailto:eleicaoabmcj2025@gmail.com) “

**Destarte, fica REJEITADA a PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA da Comissão Eleitoral Nacional, pelos fundamentos acima expostos.**

### **1.3. DA ALEGADA INTEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA CHAPA 2**





Em que pese a alegada intempestividade da impugnação aforada pela Chapa 02, e de fato, foi intempestiva, no mérito, trata-se de matéria de ordem pública, que deve ser analisada, porquanto, se acatada macula todo o pleito eleitoral.

À análise.

## **NO MÉRITO**

### **2. DA ALEGADA CAPTAÇÃO DE VOTOS**

Em que pese a impugnação tenha sido protocolizada intempestivamente, inquestionável se torna a apreciação do mérito, mormente por tratar-se de matéria de ordem pública.

Apresentou-se extratos demonstrando pagamentos realizados por Josefa, atual Presidente da Comissão Estadual da ABMCJ AL, antes de 30/07, para quitar anuidades de terceiros, o que configura captação ilícita de votos, já que ocorreu antes do prazo que tornaria a pessoa apta a votar.

Destarte, a Comissão Eleitoral da Nacional entendeu, por unanimidade, que não seria possível apenas desconsiderar os votos das associadas beneficiadas, pois a prática viciou o processo eleitoral da chapa, impondo sua desclassificação. A Comissão destacou a gravidade da captação ilícita, independentemente do número de anuidades quitadas. As datas e horários dos pagamentos — 14/07 às 22:36:15, 14/07 às 22:39:21, dia 22/07 e dia 03/05.— foram confirmadas.

Assim, a Comissão Eleitoral julgou pela **procedência da impugnação contra a Chapa Sororidade Jurídica – AL, em razão de captação ilícita de votos, nos termos do art. 42-, §1º, da Lei nº 9.504/1997.**

**A Diretoria Nacional, analisando todo o conjunto probatório dos autos, e a fundamentação da decisão da Comissão Eleitoral, DECIDIU por CONFIRMAR A**



**DECISÃO DA COMISSÃO ELEITORAL, DETERMINANDO A EXCLUSÃO DA CHAPA ‘SORORIDADE JURÍDICA’, DO PLEITO ELEITORAL DA ABMCJ AL.**

**Publique-se, intímem-se as partes interessadas.**

**Restou decidido também que a presente decisão deve ser publicada via whatsapp para conhecimento de todas as associadas.**

**Goiânia, 02 de dezembro de 2025.**

***Manoela Gonçalves Silva***

***- Presidente da ABMCJ NACIONAL –***

***Gestão 2023 – 2026***

***Vera Lúcia R. Brumatte***

***Secretária Geral ABMCJ NACIONAL***

***Maria Risomar de Lima***

***Secretária Geral Adjunta***